



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 41932 - SP (2021/0188497-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECLAMANTE : API SPE03 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : CÉSAR DE LUCCA - SP327344
DANIELA RODRIGUES BERNARDELLI - PR087764
NATALIA FAZANO NOVAES E OUTRO(S) - SP327197
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de reclamação ajuizada por API SPE03 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA apontando como decisão reclamada acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, proferido no julgamento do Agravo de Instrumento n. 2081030-91.2021.8.26.0000.

Para tanto, afirma que o Município de São Paulo ajuizou execução fiscal por supostos débitos de ISS, tendo postulado, em 05/03/2019, a penhora de ativos financeiros, cuja medida foi deferida pelo juízo de origem, resultando no bloqueio eletrônico da quantia de R\$ 518.317,90, realizado em 02/04/2019.

Narra que apresentou pedido de reconsideração ao magistrado condutor do feito, informando acerca do deferimento de sua recuperação judicial e da ordem de suspensão das execuções pelo Superior Tribunal de Justiça, uma vez que a matéria está afeta a julgamento pela sistemática do recurso repetitivo (Tema n. 987).

Aduz que o juiz suspendeu a execução e ordenou o levantamento do valor penhorado, cuja decisão foi impugnada por meio de agravo de instrumento interposto pelo Município, o qual foi provido pelo Tribunal de origem, para obstar o levantamento dos valores bloqueados.

Sustenta que o acórdão estadual teria desrespeitado o comando expresso desta Corte que, nos autos do REsp 1.694.261/SP, determinou a suspensão nacional de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, conforme dispõe o art. 1.037, II, CPC.

Ressalta que a manutenção do bloqueio dificulta a situação econômica da reclamante, incrementando o risco de atraso no pagamento aos seus credores, nos termos do plano de recuperação homologado judicialmente.

Requer, liminarmente e no mérito, a suspensão da execução fiscal, vedando-se a prática de qualquer outro ato de constrição patrimonial, com a imediata liberação dos valores bloqueados.

É o relato do necessário. Decido.

De início, cumpre registrar que, de acordo com o art. 105, inciso I, alínea f, da Constituição Federal, cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, *"a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões"*.

A par dessa premissa, o Regimento Interno dispõe, em seus arts. 187 e seguintes, as hipóteses de cabimento da reclamação e seu procedimento no âmbito

desta Corte.

De sua vez, nos termos do art. 21, XIII, c, do RISTJ, compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça decidir, durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão e demais medidas que reclamem urgência.

No caso posto, a parte postula a concessão de tutela de urgência para que seja determinada a suspensão da execução fiscal de origem e a imediata liberação dos valores bloqueados.

Todavia, em juízo de cognição sumária, não se verifica a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, tal qual estabelece o art. 300 do CPC.

Quanto ao primeiro requisito, em que pese a alegação deduzida pela reclamante quanto à ordem de suspensão das execuções fiscais, em consulta ao sistema informatizado desta Corte, verifica-se que a Primeira Seção, por unanimidade, determinou a remoção da submissão do recurso especial ao regime dos recursos repetitivos, cancelando o Tema Repetitivo 987. O acórdão está assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. PROPOSTA DE CANCELAMENTO DE AFETAÇÃO. VIGÊNCIA DA LEI 14.112/2020, QUE ALTEROU A LEI 11.101/2005. NOVEL LEGISLAÇÃO QUE CONCILIA ORIENTAÇÃO DA SEGUNDA TURMA/STJ E DA SEGUNDA SEÇÃO/STJ.

1. Em virtude de razões supervenientes à afetação do Tema Repetitivo 987, revela-se não adequado o pronunciamento desta Primeira Seção acerca da questão jurídica central ("Possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal de dívida tributária e não tributária.") 2. Recurso especial removido do regime dos recursos repetitivos.

Cancelamento da afetação do Tema Repetitivo 987.

(REsp 1694261/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/06/2021, DJe 28/06/2021)

De outro vértice, não se constata a existência de iminente lesão ou de perecimento do direito passível de ocorrer durante as férias forenses.

Com efeito, a urgência que autoriza a atuação do plantão judicial decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito.

De uma análise detida do autos, verifica-se que a decisão que deferiu a liminar para suspender os efeitos da ordem de levantamento foi proferida em 15/04/2021, e o acórdão que julgou o mérito do agravo de instrumento data de 13/05/2021 (e-STJ fls. 298-312), o que fragiliza a alegada situação de urgência a ponto de justificar a intervenção judicial no período de férias forenses.

Ademais, a medida liminar vindicada apresenta caráter satisfativo, confundindo-se com o próprio mérito da reclamação, devendo ser considerado ainda o perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, cuja possibilidade configura óbice à concessão da tutela de urgência de natureza antecipada (art. 300, §3º do CPC).

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar**, sem prejuízo de nova apreciação pelo relator do feito.

Solicitem-se informações ao Juízo reclamado no prazo de 10 dias (art. 188 do RISTJ).

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo regimental de 5 dias.

Oportunamente, encaminhem-se os autos ao relator.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência